



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

ATA Nº. 19

Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Arraiolos, pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na sala de reuniões do edifício Arraiolos - Multiusos.

Estiveram presentes:

- Isaura da Conceição Serra Barreiros - *Presidente*
- Catarina Cartaxo Correia dos Loios – *1ª. Secretária*
- José Augusto Silva Rosalino – *2º. Secretário*

E os membros:

José Manuel Nunes Pinto; Paulo Alexandre Reis da Silva; Manuel Dinis Passinhas Cabeça; Pedro Manuel Martins Silveira; Lara Guadalupe Gingão Coelho; Maria Manuel Pimpão Gabriel; Tomás Inácio de Paiva Calhau; José Júlio Ferreira dos Loios; Joana Rosa Martins Carreiras; Helena Isabel Maneiras Espadaneira; Nuno Manuel Valadas Rebocho; Rui Manuel Cosme Estriga; Daniel Fernando Canôa Coelho e José Joaquim Branco Lopes.

Faltaram, por motivo justificado: António Francisco Correia Traguedo; Paula Alexandra Bexiga Pastaneira e Isalina de Jesus Pereira que, nos termos dos artºs. 78º e 79º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, foram substituídos por: Maria Manuela C. Vinagre Leitão, Bruno Miguel T. Queirós e Sandra Maria Serra Alpiarça, respetivamente.

Do órgão executivo estavam presentes, a Srª. Presidente e os Vereadores Jorge Macau, João Campos e Delfina Lima.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da A. M. cumprimentou todos os presentes, apresentando, de seguida, um pedido do executivo sobre a introdução de um novo ponto na Ordem de trabalho dada a urgência de aprovação do assunto até ao final do ano. Esclareceu que de conformidade com a legislação – nº. 2, artº. 50.º da Lei 75/2013 – é possível a inclusão desde que $\frac{2}{3}$ dos seus membros reconheçam a urgência do assunto, indicando que se trata de aprovação de Acordo de Cooperação e Financiamento a celebrar com o Património Cultural, IP para a preservação, recuperação e valorização do Castelo de Ar-



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

raiolos (Monumento Nacional classificado por Decreto de 16 de junho de 1910), o qual foi recebido ontem pela C. M. que incluiu na sua reunião tendo sido aprovado, por unanimidade.

Assim, colocou à votação a inclusão do assunto, que não havendo qualquer objeção, foi autorizado a sua introdução como ponto 9, sendo distribuído a todos os presentes o documento em causa de forma a procederem à sua análise.

Continuando, em nome da mesa, deu conta de uma notícia, ainda não oficial, divulgada pela comunicação social, da aprovação da desagregação da União das Freguesias de Gafanhoeira (São Pedro) e Sabugueiro e que a confirmar-se é de congratular. Referiu ainda que o pedido de desagregação da União das Freguesias de São Gregório e Santa Justa não foi aprovado porque não reunia um dos critérios definidos - nenhuma das duas localidades não possuem número de 250 eleitores.

Felicitou a assembleia por ter conseguido elaborado todo o processo em tempo útil, tendo conhecimento, de forma não oficial, que há uma série de pedidos que foram reprovados por falta de deliberação das Assembleias Municipais, dentro do prazo estipulado. No concelho de Arraiolos as coisas correram bem, lamentando que algumas uniões de freguesias não o tenham conseguido por questões de deliberações fora do prazo previsto.

Apresentou, em nome da mesa, um *voto de saudação* ao Cante Alentejano pelo décimo aniversário de elevação a Património Cultural e Imaterial da Humanidade pela UNESCO, realçando o seu contributo na história e cultura do Alentejo, honrando também a memória do que é o povo alentejano e esta impressionante expressão cultural, saudando também, da mesma forma, quer os cantadores quer os grupos corais e todas as coletividades que têm trabalhado em prol do Cante e ao mesmo tempo agradecer reconhecidamente o trabalho daqueles que desenvolveram o projeto da candidatura tornando possível esta concretização.

De seguida, colocou à discussão a proposta de ata nº. 18 de 30/09/2024, a qual foi distribuída, antecipadamente, por todos os presentes, que, não havendo qualquer objeção, foi aprovada, por unanimidade, dos presentes na referida reunião.

Não participaram na votação, por não terem estado presentes: Presidente da A. M.; Lara Coelho, Helena Espadaneira e Daniel Coelho.

De acordo com as inscrições intervieram:

- *José Pinto*, referiu que tratando-se da última assembleia antes do Natal, desejou as boas festas a todos os presentes, deixando, ainda uma nota pessoal para agradecer a todos os que se interessaram pelo seu estado de saúde. Afirmou que a sua intervenção pretende tão só constatar a contradição e a forma como o PS e o PSD se comportaram relativamente a



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

For
Moxley

propostas para o nosso concelho em sede de discussão de Orçamento de Estado para 2025. Se relativamente à proposta aprovada - Valorização e proteção social das tapeteiras de Arraiolos - a votação ditou a aprovação com o Partido Socialista a votar a favor da proposta do PCP, já os Grupos Parlamentares Partido Social Democrata (Contra) e o Centro Democrático Social - Partido Popular (Contra) com os restantes a votarem também a favor, revelando o PSD a ser igual a ele próprio deixando para traz o nosso concelho, mas ainda surpreendeu mais a CDU/ PCP com o comportamento na votação de uma proposta para manutenção e requalificação do Castelo de Arraiolos, sendo um tema por demais debatido na Câmara Municipal e chamado à atenção nesta Assembleia, pois a iniciativa da CDU - PCP com a proposta de alteração ao OE 2025 para contemplar o Castelo de Arraiolos mereceu pois a reprovação com o Partido Socialista a votar contra, ao lado do Partido Social Democrata e do CDS, que veio a ser recusada apesar dos restantes grupos parlamentares votarem a favor. Considerou ser inaceitável que localmente junto da população se passe a ideia de preocupação com o concelho e depois na hora de votar na Assembleia da República se vote contra uma proposta concreta. Indicou ainda outra proposta que o PS não viabilizou, com a sua posição de abstenção, quando se discutiu tanto sobre IRS jovem e depois não aprovam uma medida importante para dedução de encargos com imóveis, o que iria decerto contribuir para que os jovens constituíssem família e adquirirem-se casa, até porque quem contratou crédito à habitação depois de 2011, ou o transferiu para outras entidades bancárias não vai ter direito a dedução em sede de IRS. Informou que foram rejeitadas no Parlamento as propostas apresentadas por vários partidos que pretendiam criar condições para todos os cidadãos com crédito para habitação permanente, deduzirem ao IRS uma parte dos juros dos empréstimos feitos para a compra de habitação própria, mas os partidos que mais defenderam a proposta do “IRS Jovem” (PSD e CDS-PP) votaram contra e impediram que fosse aprovada, entre outras de teor idêntico, assim como uma do PCP que pretendia a dedução com “juros de dívidas contraídas com a aquisição, construção ou beneficiação de imóveis para habitação própria e permanente ou arrendamento devidamente comprovado para habitação permanente do arrendatário, até ao limite de 350€ independentemente da data de contratualização. Terminando a intervenção, em nome da CDU, enalteceu a decisão de repor as freguesias de S. Pedro e Sabugueiro, lamentando que o mesmo não tenha acontecido com S. Gregório e Santa Justa, que infelizmente o PSD contou mais uma vez com o PS para não ir mais longe na matéria, porque o número de eleitores aprovado que ditou a não reposição das freguesias de S. Gregório e Santa Justa “*Nos territórios do interior ou de baixa densidade... o número de eleitores não pode ser inferior a 250 eleitores ...*” foi do PS., tendo o PSD



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Sora
gloray

proposto 300 eleitores, lembrando que no início deste processo o PCP propôs que o cumprimento dos critérios previstos podiam não se verificar integralmente ou ter uma ponderação diferente - razões históricas, culturais, patrimoniais, arquitetónicas ou geográficas o justificassem, tendo sido rejeitada - votos contra do PS, PSD, CH, IL. Recordou ainda que em 2012 o PS não acompanhou o PSD, mas depois esqueceu-se dessa questão.

- *Joana Carreiras* questionou sobre o ponto da situação da certificação do tapete de Arraiolos, dado que em reunião realizada com Sr^a. Deputada e outros membros do PSD foram entregues “*uns papeis*”, estando, neste momento, nas mãos da Câmara Municipal, não lhe parecendo que o PSD tenha abandonado o concelho de Arraiolos.
- *Bruno Queirós* cumprimentou todos os presentes, desejando um excelente Natal e um ótimo 2025. De seguida, apresentou três assuntos, nomeadamente:
 - 1.º - Acerca da paragem de autocarros à entrada da escola de Arraiolos, onde os jovens esperam pelo autocarro para se deslocarem às suas freguesias, que está degradado, considerando ser fundamental que se tivesse pensado numa solução para que eles não estivessem nesta situação.
 - 2.º - Questionou sobre o ponto da situação da Assembleia Municipal Jovem.
 - 3.º - Perguntar também sobre qual o ponto da situação na área da saúde e do grupo de trabalho que ficou eleito nesta A.M.

Por último e respondendo ao José Pinto disse que falar sobre jovens e juventude parece fácil, mas quando nesta assembleia foi pedido ao executivo para ser implementado IMI Jovem que em nada prejudicaria o orçamento municipal, tal não aconteceu. Referiu ser importante pensarmos muito sobre aquilo que é feito sobre o panorama central, mas também é importante saber o que é que o panorama central fez para as regiões e que não foi aproveitado.

Sobre as questões relacionadas com a A.M., a Presidente da Mesa registou duas notas, a 1.^a uma relativamente às questões na área da saúde, esclarecendo que a Lara Coelho foi eleita como representante do concelho Arraiolos no ACES – Agrupamento de Centros de Saúde, que neste momento não existe, porque se assitiu a uma reorganização dos serviços de saúde em Unidades Locais de Saúde, não tendo havido uma única reunião, aguardando-se que surjam novas orientações. Quanto à 2.^a nota sobre a Assembleia Municipal Jovem, informou que no ano letivo passado, após as diversas atividades realizadas no Agrupamento de Escolas, pelo Grupo de Trabalho da AM criado para o efeito, as três bancadas parlamentares, constituídas pelos alunos



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Silva
Gonçalves

dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, do agrupamento, apresentaram as suas sugestões/recomendações/solicitações, as quais foram apresentadas ao executivo, ao que a Sr.ª Presidente da C. M., na sua intervenção, informará sobre o seu desenvolvimento. Em relação ao presente ano letivo e tendo em conta que a iniciarem-se de novo os trabalhos na escola, só poderiam no início do ano civil e sendo ano de eleições autárquicas, é sua opinião e da mesa da A.M, bem como do Grupo de Trabalho, que deveriam evitar-se quaisquer atividades que possam vir a se ser conotadas com a campanha política, propondo que as atividades fossem retomadas no próximo ano letivo, se assim for o entendimento da A.M.. Considerou interessantes as propostas que foram apresentadas com uma dinâmica muito rica em termos daquilo que é o envolvimento cívico dos jovens na vida política deste concelho. De seguida, informou que seguindo o critério habitual iria dar a palavra à Presidente da Câmara para responder, caso entenda, às questões colocadas, seguindo-se um segundo período de questões.

A Presidente da C. M. manifestou concordância com o José Pinto quando referiu que o PSD abandonou o concelho de Arraiolos, pois perante duas propostas apresentadas, uma para valorização do Castelo de Arraiolos em que o PSD vota contra e uma outra apresentada para a questão das bordadeiras em que também votam contra, é clara a postura do PSD perante o concelho de Arraiolos. Se é certo que tinham uma proposta própria relativamente à questão das tapeteiras, a verdade é que não percebe porque é que a outra proposta que também valorizava as tapeteiras não é da mesma forma apoiada. Referiu que gostava que a Joana lhe dissesse quais foram os papéis que entregaram, porque não tinha recebido nada, apenas recebeu a Sr.ª Deputada numa reunião, onde a Joana também estava presente, e mais alguns membros do PSD, em que a Sr.ª Deputada trazia uma folha constando um resumo do processo do anterior registo no CEART, transmitindo à Câmara que a associação que tinha na altura feito o registo para a certificação do tapete de Arraiolos não existe e, que neste momento ,seria uma boa oportunidade para a Câmara poder solicitar, para si própria. Assim, de acordo com o referido na reunião, a Câmara tomou as diligências necessárias, consultou o site do IMPI e percebeu que estava a ser registado através de uma outra associação do Norte a denominação geográfica para o Tapete de Arraiolos, tendo de imediato contestado, e solicitado agendamento de reunião com a Direção do CEART, diretamente com o Sr. Presidente, a ter lugar para o início de janeiro de 2025, para se perceber como é que está esta questão da associação que já não existe e que detém certificação do tapete e como é que este assunto pode ser tratado porque não há certificação apenas fizeram o registo. Saliu que existem duas questões diferentes, uma é a certificação através do CEART e a outra é aquilo que se vem a reivindicar há 20 anos, que é a aplicação da lei de 2002, que implica a criação de um centro para a promoção e valorização do Tapete de Arraiolos e a importância deste centro. Informou que



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Surra
R. Moreira

nessa mesma reunião demonstrou disponibilidade para se falar sobre essa legislação até porque, passados estes anos, poderá necessitar de alguns ajustes, que poderiam ser vistos em conjunto. Realçou que há 20 anos não tínhamos um espaço cultural e de investigação, que é o Centro Interpretativo do Tapete de Arraiolos, que existe atualmente e que poderá contribuir para o ajuste da legislação. Sublinhou também que tudo o que for para valorizar o tapete de Arraiolos será bom, mas continuamos a insistir com a legislação que não está a ser aplicada. Relativamente às questões colocadas por Bruno Queirós, disse que os alunos não precisam de ir para a paragem de autocarro e que podem esperar dentro do espaço da escola que é coberto, sendo impossível fazer um apeadeiro que dê para todos os alunos esperarem pelo transporte. Sobre a AMJ, disse que as propostas apresentadas pelos jovens estão a ser concretizadas a pouco e pouco, recordando que uma das propostas foi a criação do parque canino, no Vimieiro, que está em fase de conclusão e que será aberto em janeiro assim como a criação de mais espaços verdes na escola.

Foi aberta uma segunda ronda em que interveio.

- Manuel Cabeça começou por desejar as boas festas e votos de um bom ano de 2025 e acima de tudo desejando que haja saúde e em particular ao José Pinto fruto das circunstâncias pela qual passou ou ainda está a passar. Congratulou-se pela recuperação das freguesias do concelho de Arraiolos, esperando que a necessidade de participação mais direta e envolvimento tenha repercussões no ponto de vista da delegação de competências da Câmara Municipal nas freguesias para que elas tenham capacidade de resposta e envolvimento das populações, uma vez que as nossas freguesias são pequenas, são deficitárias, têm falta de recursos e de condições e se o município não valorizar o papel das freguesias, elas apenas serão uma referência em termos de denominação e nessa perspetiva faz votos para que no futuro possam ter outra participação e envolvimento. Afirmou que estamos num mundo instável, e 2024 está a terminar, tendo sido caracterizado e marcado um pouco pelo que tem sido este século XXI, instável e imprevisível onde as lideranças já não são aquilo que eram, já não temos as lideranças que marcaram o século XX de homens ideólogos que independentemente da sua estrutura política, partidária ou ideológica se distinguiram, concluindo que neste momento não temos e torna-se necessário, aquilo que designa de bom senso e tato político, tendo em consideração os populismos nos quais estamos a derrapar com relativa facilidade, concordando com alguns comentários que dizem aí que a resposta está na democracia, nos políticos, na participação das pessoas e na capacidade de nos envolvermos cada vez mais e nessa perspetiva os políticos precisam efetivamente de ir ao encontro das necessidades das populações e do nosso povo, no sentido de perceber que há respostas dentro da democracia e não das ditaduras. Disse



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Seu
M. Soares

também que o próximo ano será um ano de várias campanhas, nomeadamente, autárquica e presidencial, um ano desafiante para todos os que gostam e estão na política, que representam ideias, vontades e determinações e nessa perspetiva 2025 será um ano altamente desafiante para todos, de reconfigurações novas e velhas apostas, de novos e velhos desafios, em que há necessidade de separar aquilo que é local, daquilo que é nacional e até internacional. Reconheceu nas palavras de José Pinto a necessidade de confundir tudo e todos, como se o Partido Comunista fosse igual em Évora, em Arraiolos ou no nacional, como se o PCP fosse o mesmo em todos os sítios, mas não é, porque no âmbito da defesa das freguesias o Partido Comunista tomou uma posição completamente diferente em Évora, relativamente ao resto do país, sendo necessário efetivamente criar alguma distanciação entre aquilo que a Assembleia da República e todos os seus representantes dizem, fazem, marcam. É um jogo político no qual todos votamos, e por alguma razão temos que perceber o mediatismo das situações em termos de Assembleia da República, mas quando se começa a descer à base da nossa realidade quotidiana, inevitavelmente chegamos ao Alentejo e aqui há uma realidade diferente daquela que muitas das vezes ouvimos debater e discutir na Assembleia da República. Referiu que pode não concordar com os homens do PSD ou do CHEGA, e, muitas das vezes discordar daqueles deputados que ajudou a eleger no âmbito do Partido Socialista, mas quando os ouve a falarem na Assembleia da República, pensa de qual é o Alentejo que estão a falar e qual é o Alentejo onde estamos a viver, julga que existe uma construção política desafiante. No que diz respeito ao distrito de Évora e nas próximas autárquicas eacreditando que o José Pinto já esteja a pensar nessas circunstâncias, como muitos de nós, já estamos a equacionar como vão ser os cenários, quais vão ser os atores, como vão ser os argumentos, quais os realizadores, mas a política é isso mesmo e nessa perspetiva colocou a questão relativamente às defesas do Partido Comunista e às afirmações que são feitas, misturando tudo no mesmo saco como se fossemos todos iguais entre o PS, o PSD, o CDS e o CHEGA e ficando apenas o PCP de fora. Terminou dando conta daquilo que é uma imagem de marca deste concelho, independentemente das opções políticas, partidárias, ideológicas, sociais ou outras - o Tapete de Arraiolos - e seja onde quer que seja, é uma referência incontornável deste concelho e da população de Arraiolos que, no seu entender, tem duas coisas a acrescentar, uma boa e uma menos boa - a boa é o trabalho de recuperação que tem vindo a ser feito através do Centro Interpretativo e daquilo que ele é neste concelho, a menos boa é a inação do Partido Comunista neste concelho, porque efetivamente pouco ou nada tem sido feito, a não ser evocar a tradição e a legislação e ficarem à espera que outros cumpram a lei, o que não devia acontecer, mais do que ficar à espera que outros cumpram a



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Sec -
S. Oliveira

lei a nossa imagem de marca cultural e social deve ser afirmada por que está a defender este concelho e isso não tem sido feito, colocando um desafio: porque não promover o Tapete a Património Imaterial da Humanidade?

A Presidente da C. M. usou da palavra dizendo que se não fosse o poder local o Tapete de Arraiolos já não existia. Salientou os projetos desenvolvidos pelo Centro Interpretativo do Tapete de Arraiolos, com a Universidade de Évora, com o Laboratório Hércules, explorando a nossa história, não só nessa vertente, mas também numa questão química, percebendo as cores das lãs e a história do tapete, fazendo ações de formação para as casas de tapetes com questão do ponto pé de flor, fazendo a promoção do tapete com o Tapete está na Rua, Feira do Tapete na Mostra Gastronómica, levando o tapete a Lisboa, ao Dubai. Afirmou que quando afirmam que a Câmara nada fez pergunta o que é que os vários Governos fizeram para o Tapete de Arraiolos, nada, pois, por muito que se fale, a constatação dos factos é que ninguém faz nada, sendo o concelho e as suas freguesias os únicos que valorizam este seu património em conjunto com as casas de tapetes. Terminou dizendo que a candidatura a Património Imaterial da Humanidade está a ser concretizada, acrescentou ainda que já foi registado, enquanto Património Imaterial.

Foi aberta uma terceira ronda, que de acordo com as inscrições intervieram:

- José Pinto disse que era sua convicção pessoal não haver comparação entre os outros partidos políticos, nomeadamente o PS e o CHEGA, queria fazer a distinção, afirmando que uma coisa são as convergências políticas que depois têm determinadas consequências em termos de votações ou outro tipo de propostas que estão na Assembleia da República. Referiu ainda que independentemente das divergências ideológicas que possam ter, não há comparação relativamente aquilo que é o comportamento de pessoas que são inqualificáveis embora tenham 50 deputados na Assembleia da República, deveríamos perceber porque é que as pessoas votam nestes populismos, achando que a razão principal se deve à falta de resposta mas se há falta de resposta significa que este sistema não funciona e não responde aos problemas da pobreza que aumentou no nosso país, a própria UE., onde nós somos tão bons alunos, veio alertar para o facto da não atualização dos apoios sociais contribuindo, assim, para aumentar a pobreza, tornando os pobres cada vez mais pobres porque os que são ricos continuam cada vez mais ricos. No tocante às freguesias, manifestou acordo com a opinião do Manuel Cabeça, até porque o reforço da capacidade financeira das autarquias fazia parte do programa eleitoral do PCP nas últimas legislativas.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Handwritten signature

- Rui Estriga aproveitou para desejar a todos um feliz Natal e um ótimo 2025, esperando que seja melhor que este, que é sempre o nosso desejo. Referiu que somos um concelho pequeno e agregador, e o grande objetivo é fazer tudo o que for preciso para o seu desenvolvimento e por conseguinte das freguesias, independentemente de serem freguesias PS ou CDU e apelando que, muito embora, se esteja já a olhar para outubro e as próximas eleições não vamos deixar de fazer tudo o que for necessário para o bem estar da população, devemos estar todos unidos para o fazermos, não é o tapete, não é o palácio de Vimieiro, não é o castelo, somos todos e todos representamos aquilo que é o concelho de Arraiolos .
- Joana Carreiras interveio referindo que são os arraiolenses que têm de defender o Tapete de Arraiolos através da Câmara Municipal de Arraiolos, não é o Estado que defende o tapete de Arraiolos.
- Manuel Cabeça disse que discordando, não da ideia, mas do argumento, ficando seriamente preocupado no âmbito dos populismos quando olha para as estatísticas eleitorais americanas e vê que os pobres, os negros, as mulheres, votaram em Trump, o que é assustador, não é uma lógica populista, *trumpista* ou outra coisa qualquer, é perceber que os políticos, democratas, concordando certamente na designação de uma determinada ala em que efetivamente não estão a chegar às pessoas, percebendo que aquela assembleia da república é resultado das opções que os portugueses tomaram no dia 10 de março do corrente ano e se o fizeram, quer continuar a acreditar e a pensar que está a viver em democracia e que as pessoas votam por opção, se elas têm consciência da sua opção, da sua deliberação, isso é uma outra dimensão, mas se não têm, alguma coisa as Assembleias Municipais, as Câmaras Municipais, o Estado tem que fazer para lá chegar e fazendo suas as palavras da Sr.^a Presidente, relativamente ao Tapete, se o estado ou os estados não fizeram nada, mas também há um estado local, dizendo que cabe ao estado local a sua defesa e que a Câmara Municipal tem-se aproveitado da ação das pessoas porque são as pessoas que têm defendido o Tapete.

Terminado o período de antes da ordem do dia, a Presidente da Mesa colocou a votação a saudação proposta da mesa em relação ao décimo aniversário da elevação do Cante Alentejano a Património Cultural e Imaterial da Humanidade, pela UNESCO, passando a ler um pequeno texto para sistematizar a proposta de saudação apresentada no início da A.M.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Serra
Regalado

“No ano em que se completa uma década, a Assembleia Municipal de Arraiolos saúda o Cante Alentejano pelos 10 anos da sua inscrição enquanto Património Cultural e Imaterial da Humanidade pela UNESCO. O seu contributo na história e cultura do Alentejo, honrando a memória do povo alentejano de cujo trabalho vida e luta nasceu tão impressionante expressão cultural. Saúda ainda os cantadores alentejanos, os seus grupos corais e as coletividades bem como agradece reconhecidamente o trabalho de todos os que, com o seu trabalho, saber e dedicação tornaram possível tal concretização, contribuindo para preservar e dignificar o Cante Alentejano e as muitas personalidades e identidades que continuam a manter viva esta herança cultural”

Não havendo qualquer sugestão de alteração ao texto apresentado, procedeu-se à votação a qual foi aprovada por unanimidade.

Esgotadas as inscrições, a Presidente da A. M. deu por encerrado este período passando à ao **período da ordem do dia:**

A Assembleia foi convocada em a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Informação da atividade municipal;**
- 2. Proposta do Plano Orçamental Plurianual da Receita e da Despesa, Orçamento e normas de execução para 2025;**
- 3. Proposta do Mapa de Pessoal para 2025;**
- 4. Participação variável no IRS para 2025;**
- 5. Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2025;**
- 6. Taxa de Derrama para 2025;**
- 7. Proposta de fixação, para o ano de 2025, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP);**
- 8. Proposta de Regulamento Municipal de Gestão de Arvoredo em Meio Urbano;**
- 9. Proposta do Acordo de Colaboração para a Valorização do Castelo de Arraiolos.**

1. INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL:

Presente informação emitida pela Sr^a. Presidente da C. M. no cumprimento da alínea c), do ponto 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, relativamente à atividade que decorreu entre os finais de setembro e a presente data, a qual foi remetida a todos os membros, antecipadamente.

Sobre a mesma, foram levantadas questões pelos membros:



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Surr
18/02/2024

- *Maria Manuel Gabriel* solicitou esclarecimento relativamente à informação da Gestão Urbanística, que refere a entrada de 1200 requerimentos e emissão de 595 pareceres técnicos, questionando se nem todos aqueles requerimentos carecem de parecer técnico.
- *Bruno Queirós* referiu que na Informação Municipal, mais uma vez a saúde não foi tida em consideração, em 17 páginas aparece uma única vez como sendo atos de dinamização conjunta com a Unidade de Cuidados Continuados para a Comunidade, perguntando o Centro de Saúde e as estratégias para a comunidade serão certamente alvo de objetivos próprios, acreditando também que dentro daquilo que é o seio da Câmara Municipal também deveria haver objetivos próprios para a prevenção na doença e promoção da saúde junto da nossa comunidade em Arraiolos.

A Presidente da C. M. respondeu dizendo que relativamente à questão do urbanismo alguns requerimentos não carecem de emissão de parecer técnico. De acordo com o que o Bruno disse, algumas ações foram desenvolvidas em articulação com o Centro de Saúde de Arraiolos. Disse também que na área da saúde foram tomadas algumas diligências no sentido de procurar, junto da ULSAC, saber como está a questão sobre os médicos de família para o concelho de Arraiolos, indicando a realização de reunião onde esteve presente o Eng^o Vítor Fialho e o Dr. Nuno Jacinto, na qual foi manifestada a nossa preocupação relativamente à situação da saúde no nosso concelho, ao que indicaram que em março sairiam 12 novos médicos e que havia a perspetiva de que 8 a 9 ficariam no nosso distrito e que a perspetiva para Arraiolos era boa, dada a localização e proximidade de Évora. Informou ainda que a reunião foi muito importante uma vez que perceberam que o que contribuiu para o afastamento dos médicos do interior é uma legislação que não beneficia os médicos colocados nos centros com menos população, dado que nunca irão atingir determinados objetivos e critérios e assim não vão conseguir receber os indicadores de incentivos financeiros, preferindo assim as cidades. Os concelhos acabam por ficar mais penalizados por falta de interesse económico aos médicos. Nesta mesma reunião manifestaram disponibilidade de cedência de uma casa a um médico que terminou o internado em outubro e que acabou por não ficar, dado que teria de reembolsar a Região Autónoma da Madeira em cerca de 14.000,00€. Depois desta reunião em resultado da mesma foi-nos dito que iriam falar com os colegas dos outros concelhos porque começavam a sair regulamentos de apoio aos médicos e ficava tudo descontrolado, continuando a discordar desta forma de trabalho, que deveria ser igual em todos o país, com valorização de quem está a trabalhar no interior, mas essa valorização ser igual a nível nacional e não concelho a concelho, tendo em conta a disponibilidade que cada autarquia tenha. Acrescentou que na reunião do Conselho Intermunicipal da CIMAC esteve presente a ULSAC a apresentar uma proposta aos 14 concelhos para haver um regulamento que satisfaça as



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Serr
Alcobaça

populações do distrito de Évora, assunto este que será discutido em cada concelho e a nível da CIM. Aproveitou para transmitir que a situação no nosso concelho é extremamente grave, existindo, neste momento, uma médica a tempo inteiro, uma outra está de baixa até junho, várias avenças e contratos com empresas. Transmitiu toda esta informação à assembleia municipal referindo que a serão feitas todas as diligências necessárias para a resolução do problema na área das competências da autarquia.

Conforme ordem de inscrição intervieram:

- Manuel Cabeça apresentou 2 questões: a 1.^a no âmbito da educação, na página 12, que refere acompanhamento do funcionamento dos refeitórios escolares, perguntando se há alguma ilação ou alguma ideia que se possa destacar desta dimensão de acompanhamento? 2.^a – Perguntou porque é que o conselho municipal de educação não reúne?
- Bruno Queirós interveio dizendo não saber se A.M. terá percebido que todo este floreado, em torno da saúde, foi para dizer que ainda não se fez nada, empurrou-se para a ULSAC e estamos à espera que eles resolvam o problema novamente. Relativamente ao mesmo assunto disse também que à semelhança do que existe noutros municípios as Câmara Municipais também podem ser promotoras e atuarem na prevenção da saúde ou doença, existem projetos que se podem implementar e que há semelhança de outros locais, próximos de nós, já os conseguiram implementar com algum sucesso e com algum proveito sob o ponto de vista da qualidade de vida relacionada com saúde.

A Presidente da C. M. respondeu dizendo que relativamente ao acompanhamento e funcionamento dos refeitórios escolares é feito pelos técnicos do município não só no refeitório em Arraiolos, mas também nas outras localidades onde há refeições, e onde existem protocolos de fornecimento com as instituições e é importante haver este acompanhamento para garantir que as refeições servidas às crianças estão conforme o acordado garantindo que está a correr bem, não existe qualquer reclamação, mesmo a nível da C+S não temos redução do serviço de refeições. Neste momento o refeitório de Arraiolos confeciona cerca de 500 refeições diárias (Pré-escolar, 1.º ciclo e na escola Cunha Rivara), aumento significativo desde que se tomou conta do refeitório, tendo-se vindo a manter o que se conclui que estão a gostar. Quanto ao Conselho Municipal de Educação reúne pontualmente, mas reúne. Sobre a saúde respondeu fazendo um breve resumo dizendo que a Câmara Municipal tem competências próprias na área da saúde que estão na lei, desenvolve várias ações, muitas das vezes vão para além das suas competências, como as campanhas e ações que se fazem junto da população sénior. Referiu que somos dos poucos concelhos que faz prescrição cultural e que brevemente irão ver uma reportagem na televisão onde se ilustra bem esse trabalho,



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Sess
12/02/2025

muito recentemente recebemos um prémio relativamente a estas matérias e continuamos a fazer pressão junto das entidades que têm verdadeiramente a competência para resolver estas questões, sendo que é à ULSAC que compete resolver a questão da falta de médicos de família no nosso concelho. Voltou a referir que os representantes da ULSAC estiveram na CIMAC para apresentar propostas junto dos 14 concelhos, realçando que provavelmente o problema não é só de Arraiolos, o problema não é a Câmara de Arraiolos, o problema é mais vasto do que isto.

A informação ficará arquivada na pasta auxiliar de atas 2021-2025.

2. PROPOSTA DO PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL DA RECEITA E DA DESPESA, ORÇAMENTO E NORMAS DE EXECUÇÃO PARA 2025:

A Presidente da Mesa colocou em apreciação e discussão a proposta em título, a qual foi remetida, previamente, a todos os presentes, passando a palavra à Presidente da C. M. para uma breve introdução.

A Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, indicando que o orçamento tem este ano um valor superior aos últimos anos, sendo de 17.340.874,00€, em que a receita corrente será muito superior à de capital, quanto às despesas correntes representa 67,5% e as de capital 31,5%. Referiu ainda que nas despesas correntes destacam-se 32% com pessoal e 24% na aquisição de bens e serviços. Realçou os projetos mais relevantes – requalificação do Palácio dos Condes – Vimieiro; beneficiação de espaço para acolhimento de empresas (*Coworking*); o Centro Comunitário das Ilhas (obra já a decorrer); o Laboratório de Arte Têxtil Contemporânea, que à semelhança do Palácio dos Condes serão objeto de candidatura. Indicou ainda os loteamentos habitacionais e industriais/oficinais, a substituição do relvado sintético do campo de Arraiolos (já adjudicado), arruamentos em Arraiolos, Vimieiro e Igreja, aquisição de terreno para parque empresarial em Igreja, intervenção no edifício das finanças, requalificação e beneficiação de edifício para fins culturais em Sabugueiro, recuperação da Torre do Castelo. Indicou que irá manter a continuidade dos apoios aos Bombeiros Voluntários, IPSS's, Associações/coletividades, alertando para o facto de à semelhança de anos anteriores, algumas das rubricas virem a ser reforçadas com o saldo que venha a ser apurado.

Finalizou indicando que as normas incluem as medidas aplicáveis à execução do Orçamento, realçando os artigos dos empréstimos a curto prazo que, muito embora nunca tenha sido utilizado fica previsto e a solicitação delegação da competência para os compromissos plurianuais, conforme preceitua a legislação.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Bern
eg
L
D

Colocando-se à discussão a proposta interveio a Maria Manuel em que colocou algumas questões e/ou reparos:

- - Na página 9 – conjuntura económica – julga que o ano referido deverá ser 2025 e não 2024 como indicado;
- - Na página 20 - no tocando ao valor indicado do IVA questionou do porquê da redução relativamente ao ano anterior, que ronda os 50%.
- - Na página 41 – julga que o parágrafo relativo à Associação Pública de Gestão da Água estará incompleto.
- - Na página 54 – indicou que a rubrica 22.31 não deverá estar correta;
- - Na página 56 – refere reabilitação do mercado municipal de Arraiolos, questionando se já existe projeto em curso ou se é apenas como intenção para quando abrir algum financiamento,

A Presidente da C. M. respondeu que já existe projeto para o mercado municipal, mas irá ser objeto de alteração. Quanto à rubrica da pág. 54 é do ano 2021. No tocante à página 41 o “da” está a mais, quanto aos valores do IVA, e de acordo com a indicação da técnica do serviço financeiro, referem-se ao indicado no Orçamento de Estado. Por fim, confirmou que na página 9 refere-se ao ano 2024.

Conforme ordem de inscrição intervieram:

- *Tomás Calhau* referindo que se trata de um plano que pode variar durante o ano. Julga que o programa está correto, que se continua a dar prioridade tanto à educação como à saúde e exemplo disso é que as pessoas que se fixam no concelho gostam de cá viver, uma vez ser tranquilo. Embora tenhamos em Arraiolos um Centro de Saúde, este continua com as condições e regras implementadas no período da COVID-19, qualquer marcação tem de ser feita pelo telefone e as pessoas acabam por se deslocar a Montemor e são bem atendidas, acontecendo o mesmo com o serviço de finanças que têm um dia determinado para se poderem fazer pagamentos ao Estado. Não foi para isto que foi feito o 25 de Abril, os direitos estão consignados na constituição. Dúvidou que com este governo haja melhorias neste sentido, sendo de louvar o trabalho desenvolvido pela Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos com a colaboração da Câmara Municipal. Informou que a SCMA está a desenvolver um projeto para a criação de um centro de dia, no antigo hospital, no entanto, está a ser difícil a sua aprovação porque dizem que o concelho de Arraiolos está com muitas instituições desta natureza. Disse também que os idosos continuam a procurar lares fora do



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Surc
Orçany

concelho porque os que existem estão lotados, não vislumbrando nada de auspicioso no futuro.

- *Manuel Cabeça* disse que deveremos ainda ter mais três reuniões de assembleia municipal até ao final do mandato, e perante o orçamento do próximo ano, queria tecer algumas considerações. A 1.^a diz respeito à posição que o Partido Socialista tem assumido nesta Assembleia Municipal no que diz respeito à votação dos diferentes instrumentos de gestão que têm sido apresentados, tendo já votado a favor, contra e abstenção ou seja tem havido votos diferenciados dentro da própria bancada, e isto vai ao encontro daquilo que designa como a responsabilidade política do PS, perante o eleitorado e perante os Arraiolenses de uma maneira geral. Significa que este princípio e esta responsabilidade assenta essencialmente num programa que foi apresentado ao eleitorado há três anos e meio a esta parte e tem sido essa opção que nos tem levado a diferenciação de votação relativamente aos processos, querendo destacar aquilo que é nossa grande preocupação e que foi o mote da nossa campanha eleitoral que é o comprometimento e o envolvimento com as pessoas e os Arraiolenses. Nesse sentido, ao contrário do que o Calhau afirmou, que isto é muito bom vêm todos para cá, é verdade, já teve oportunidade de dizer aqui, que nós não escolhemos o sítio onde nascemos mas podemos escolher o sítio onde vivemos, mas o problema é um, é que infelizmente vêm poucos para cá, são mais aqueles que saem, dado o esvaziamento demográfico a que este concelho está sujeito há vinte ou há trinta anos a esta parte. Quando era jovem, este concelho tinha cerca de oito mil habitantes e neste momento tem cerca de seis mil e está constantemente a esvaziar. Por fim e dirigindo-se à sr.^a Presidente solicitou que que apontasse um projeto novo para o próximo ano.
- *Bruno Queirós* disse que antes de fazer uma intervenção sobre o orçamento, registava as seguintes notas: A 1.^a vai para a questão de não sermos de cá, mas como o Manuel Cabeça disse, não escolhemos onde nascemos mas vamos escolhemos onde vivemos e realmente é pena que, nesta assembleia, as pessoas que são de cá não tenham essa devida intervenção. Embora digam que vimos de fora, referiu viver cá, ter cá residência e pretende cá constituir família, por isso considera-se de Arraiolos. 2.^a nota – Será que são precisos mais lares? Acredita que o sejam, mas se continuarmos a trabalhar na construção e na reabilitação da doença, nunca vamos conseguir ter condições condignas para as pessoas viverem nas suas casas, que é isso que elas querem. Os estudos indicam que quanto mais se apostar nessa opção, melhor vai ser a qualidade vida durante o envelhecimento. Relativamente ao orçamento disse este é igual de uns anos para os outros, achando que é dever desta assembleia não se conformar com alguns comunismos, ou seja, comodismos,



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Ferreira
Galvão

associados a este orçamento, e quando se refere a comodismos questiona porque não pensar num orçamento que seja mais ambicioso, mais desafiador, mais progressista e com maior captação de investimento.

A Presidente da C. M. começou por lançar um desafio à Assembleia, que era pegarem nos documentos ao longo destes quatro anos e verem as diferenças, porque elas são muitas, vejam, primeiro, o valor anual de todos os orçamentos, este é o orçamento que tem o valor mais elevado dos últimos quatro, vejam os projetos, que efetivamente há projetos novos que não estavam nos outros orçamentos, sendo óbvio que há projetos que vêm dos outros orçamentos, ninguém faz e concebe um projeto e obra num ano. Não há ideias novas neste orçamento? Claro que há. Façam o exercício de ir buscar aos orçamentos deste executivo e vejam a diferença, façam esse exercício real do que aqui se está a falar, porque dizer que isto é apenas comunismos, afirmando que sim, somos do partido comunista com toda a honra, é isso que estamos aqui a defender, são os nossos ideais comunistas e digo com toda a firmeza, que foram os quatro eleitos da CDU, que conceberam este orçamento, tendo auscultado a oposição, no cumprimento da legislação.

Passando-se à votação da documentação, verificou-se a sua aprovação, por maioria, com treze votos favoráveis pelos membros da CDU e sete votos contra dos eleitos do PS e PSD.

3. MAPA DE PESSOAL PARA 2025:

A Presidente da Câmara fez uma breve síntese sobre a proposta evidenciando os lugares que foram criados tendo em conta as necessidades sentidas nos diversos serviços.

Sobre o assunto, entrevistaram:

- *Maria Manuel Gabriel* questionou, relativamente aos trabalhadores na carreira de assistente técnico, a que se referem os contratos a termo resolutivo incerto e termo resolutivo certo.
- *Bruno Queirós* disse que pretendia um esclarecimento sobre 3 novos postos de trabalho que vão ser preenchidos, relativos aos projetos Educativos de Juventude e Tempos Livres, sabendo que o de Psicologia está em fase final de resolução, perguntado qual o ponto da situação do concurso de Estudos Teatrais, se já terminou e perguntando também qual é o outro posto de trabalho a preencher neste gabinete. Uma vez mais um lugar a preencher no gabinete de Ação Social e Saúde que tem vindo a aumentar, o que é bom sinal, e que demonstra que também estamos a crescer enquanto comunidade, tendo 2 lugares preenchidos e um a preencher na área de Sociologia, Assistente Social e Educação, perguntando, uma vez mais, porque não um técnico superior na área da saúde a assumir um gabinete que se chama de Ação Social e Saúde, sabendo que quando vamos às



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Beira
Mesa

competências descritas da ação social e da saúde, as competências associadas apenas falam entre outras, sobre inclusão social, projetos de apoio à realização de investimentos em creches, jardins-de-infância, lares ou centros de dia para idosos e centros para deficientes, cooperação com instituições de solidariedade social, perguntando se a saúde é só para o título?

A Presidente da C. M. respondeu às questões formuladas dizendo que o contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, é uma herança da transferência de competências na área da educação, e refere-se a uma trabalhadora que está a substituir um funcionário que está constantemente de baixa e que tem estas condições laborais. Relativo ao contrato de trabalho a termo resolutivo certo, refere-se a um técnico superior, o jurista. Sobre aos concursos elucidou que estão em fase de conclusão o técnico superior de Segurança Social, de Psicologia e de Estudos Teatrais. Assistente social na área Social e Saúde porque estamos integrados no radar social e precisamos destes técnicos, quer o assistente social quer o psicólogo e que também dará algum apoio na área da educação .

A Presidente da Mesa questionou se, relativamente ao processo concursal para a contratação de um psicólogo, se estão contempladas as áreas da psicologia clínica e/ou de psicólogos de educação.

A Presidente da C. M. respondeu que o concurso tem duas fases, sendo uma empresa exterior a fazer uma parte dos procedimentos concursais, nomeadamente os testes psicotécnicos e a entrevista, e concorreram pessoas das duas áreas.

Não havendo mais questões, procedeu-se à votação da proposta, sendo aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor (CDU e PS) e uma abstenção da Joana Carreiras (PSD).

- *Maria Manuel Gabriel* apresentou uma declaração de voto, por uma questão de coerência, justificando não concordar com as competências de estão atribuídas ao Engenheiro Agrícola e que as que lá constam dizem respeito a Engenheiro Florestal.

4. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA 2025:

Pela Presidente da Mesa foi colocada à discussão a proposta da Câmara Municipal que abaixo se transcreve: *“Nos termos do n.º 1. do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do art.º 78º do Código do IRS.*



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Joana Carreiras

PROPOSTA - *Fixação da percentagem de 5%.*”

A Presidente da Câmara referiu que a proposta para 2025 relativamente à participação variável do IRS é de manter a percentagem de 5%, tal como nos anos anteriores.

De acordo com a inscrição interveio:

- Joana Carreiras perguntou se não se poderia baixar a percentagem para 3% que seria um incentivo para que as pessoas viessem viver para o concelho.

A Presidente da C. M. respondeu que a proposta apresentada terá mais impacto nos contribuintes com vencimentos mais altos, sendo este impacto menor em contribuintes com vencimentos mais baixos e assim sendo quem mais recebe pode contribuir mais para o nosso concelho.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa colocou à votação a proposta, sendo a mesma aprovada, por maioria, com dezanove votos favoráveis (CDU e PS), e uma abstenção (PSD).

5. FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMI PARA 2025:

A Presidente da Mesa colocou à apreciação a proposta remetida pela C. M.

“Conforme refere o artº. 112º. do CIMI (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – aprovado pelo Decreto-Lei nº. 287/2003, de 12 de Novembro), a proposta para fixação das taxas de IMI nos prédios rústico e urbanos é a seguinte:

→ *Prédios rústicos – 0,8%;*

→ *Prédios urbanos – 0,3%*

De acordo com a Lei 56/2023, de 6 de outubro - nova redação do nº. 5 do mesmo artº. 36º. do Estatuto dos Benefícios Fiscais propõem

→ *Alargar o período de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para cinco anos, relativamente a prédios ou partes de prédio habitacionais que sejam construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, destinados a habitação própria e permanente, cujo valor patrimonial tributário não exceda os 125 mil euros, e desde que o rendimento bruto anual do proprietário ou do seu agregado familiar não ultrapasse os 153 mil euros.”*

Não havendo qualquer pedido de intervenção, a Presidente da Mesa colocou à votação a proposta, sendo a mesma aprovada, por maioria, com dezanove votos favoráveis (CDU e PS) e uma abstenção da Joana Carreiras (PSD).



6. TAXA DE DERRAMA PARA 2025

A Presidente da Câmara fez um breve resumo sobre este ponto, referindo que, à semelhança do ano anterior, mantêm-se as taxas de 2024, nomeadamente.

- 0,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o IRC para os sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€;
- 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o IRC para os sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior superior a 150.000,00€;
- Isentar de derrama as empresas que se fixem no concelho e que criem pelo menos três (3) postos de trabalho.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, a Presidente da Mesa colocou à votação a proposta, sendo a mesma aprovada, por maioria, com treze votos favoráveis (CDU), seis votos contra (PS) e uma abstenção (PSD).

7. PROPOSTA DE FIXAÇÃO, PARA O ANO DE 2025, DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):

A Presidente da Mesa procedeu à leitura da seguinte proposta:

“Tendo em conta que a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, (Lei das Comunicações Eletrónicas), que aprovou o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos, concede aos Municípios a possibilidade de, em caso de implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal, fixarem uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), nos termos e com os fundamentos constantes as alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 106º, do referido diploma legal.

A TMDP é determinada com base na aplicação percentual sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais do Município;

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do art.º 106º, do aludido diploma legal, torna-se necessário fixar, para o ano de 2018, a TMDP para a área do concelho de Arraiolos até ao máximo de 0,25% de cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas para os clientes finais do Município;

O Regulamento n.º 38/2004, da responsabilidade do IPC-ANACOM, estabelece os procedimentos de cobrança e entrega mensais aos Municípios da TMDP.

PROPOSTA: – Fixação da TMDP em 0,25%.“



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Será
2021/09/01

Não havendo qualquer inscrição a Presidente da Mesa colocou à votação a proposta, sendo a mesma aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor (CDU e PS) e uma abstenção (PSD).

8. PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE GESTÃO DE ARVOREDO EM MEIO URBANO:

Pela Presidente da C. M. foi feita uma breve explicação sobre a proposta em título e, realçando a sua importância, uma vez que se trata de um instrumento de gestão e planeamento municipal previsto na Lei nº 59/2021, de 18 de agosto, na sua atual redação. Este define objetivos estratégicos e princípios gerais de atuação, estabelece diretrizes e normas para a gestão adequada do arvoredo nas áreas urbanas, focando a preservação, conservação e fomento do arvoredo urbano, na segurança pública e bem-estar dos cidadãos, essencial para a promoção de um ambiente urbano saudável e sustentável.

O regulamento da Câmara Municipal estabelece diretrizes e padrões de referência para orientar futuras ações de gestão do património arbóreo, através da melhoria da coordenação das diferentes atividades que afetam direta ou indiretamente as árvores urbanas. Isso inclui a compatibilização de usos diversos no espaço urbano, como operações de construção e trabalhos de instalação, reparo ou requalificação de infraestruturas realizadas por entidades concessionárias e outras responsáveis pela infraestrutura pública, bem como a organização de eventos específicos.

Conforme inscrição interveio:

- Joana Carreiras perguntou se existe algum técnico nesta área para fiscalizar as várias ações contempladas neste Regulamento Municipal.

A Presidente Câmara respondeu dizendo que haverá formação quer para os funcionários da Câmara quer para os funcionários das Juntas de Freguesia. Relativamente às espécies de árvores o regulamento diz claramente quais são as árvores que podem ser plantadas no espaço público

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Mesa colocou à votação a proposta, sendo a mesma aprovada, por unanimidade.

9. ACORDO DE COOPERAÇÃO E FINANCIAMENTO PARA A PRESERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO CASTELO DE ARRAIOLOS:

A Presidente da Mesa propôs que a Presidente da Câmara Municipal, caso o entenda, efetuasse um breve resumo ao documento apresentado, e, posteriormente avaliariam se seriam necessário alguns minutos para que cada bancada analisasse o assunto.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

S. M. C.
Região de Arraiolos

A Presidente da C. M. referiu que a proposta resulta das diligências tomadas, de há algum tempo, junto da Direção Regional da Cultura e, atualmente, com o Património Cultural, IP. Informou que, muito embora, não tenha sido aceite essa competência, pelas razões já conhecidas, têm manifestado disponibilidade para encontrar uma solução e defender o nosso património, pelo que, tomaram a iniciativa de diligenciar a elaboração de um projeto para a reabilitação da torre do relógio, assim como, de um relatório do estado das muralhas do Castelo, que após apresentação, foi realizada uma reunião com o dito Instituto, participando igualmente a CCDRA, na qual manifestaram disponibilidade para participar com a valorização do mesmo, mas a responsabilidade seria sempre do Património Cultural. Após terem analisado a documentação contactaram reconhecendo a necessidade urgente da intervenção resultando o documento agora presente com a condicionante de ser aprovado antes do final do ano, isto por motivos de financiamento. Esclareceu que o Acordo autoriza o Município a constituir-se como Dono de Obra, e, nessa condição, promover a contratação dos estudos, projeto de execução e demais elementos de solução de obra, com um apoio de 200.000,00€ que se considera muito reduzido, uma vez que só o custo do projeto é de 150.000,00€ e segundo orçamento a obra rondará os 130.00,00€+IVA, todavia, julga de todo o interesse que seja aceite dada a urgência da reabilitação da torre, levando a um esforço financeiro por parte da Autarquia na ordem dos 50% do custo total.

Acrescentou que nos termos um prazo de oito meses, contados a partir da data da assinatura deste contrato, para executar a empreitada da Torre e quinze meses para elaborar o projeto de execução.

A Presidente da Mesa agradeceu a explicação, questionando as diferentes bancadas sobre se necessitavam de tempo para analisarem o assunto, tendo sido unânime a decisão de se passar de imediato à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Finalizando, e antes de passar a palavra à 1ª. Secretária para a leitura da minuta, desejou a todos um Bom Natal e que o ano 2025 seja um anos com saúde, paz no mundo e paz de espírito, convidando todos a participarem de um momento de confraternização depois de encerrada a sessão.

A Presidente da C. M. usou da palavra para desejar as boas festas a todos e que em 2025 todos cá estejamos para continuar a trabalhar em prol deste concelho.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

De seguida, e após leitura da minuta de deliberações, elaborada no cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, foi votada a mesma, sendo aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelas 22h50m horas, da qual e para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada pela Assembleia, será assinada pela Mesa.

Isaura Serra

Catarino Cortaxo Correia dos Santos

Isaura Serra